



Rescisões na Função Pública não avançam este ano

A 'troika' prolongou a sua visita para fechar o guião da reforma do Estado com Portas que esteve na Venezuela.

Mónica Silveiras e Lígia Simões
monica.silveiras@economico.pt

O Governo não vai avançar, este ano, com rescisões na Função Pública, soube o Diário Económico. A decisão resulta do facto de o Executivo conseguir cumprir o corte de 400 milhões de euros de despesa pública, previstos para 2013, apenas com racionalizações ao nível dos gabinetes de ministérios e institutos. O corte de funcionários é uma das medidas que fica, assim, remetida para depois das eleições autárquicas de Outubro. Este é um dos pontos que tem dificultado as negociações com a 'troika'.

"Os cortes, este ano, serão feitos apenas no funcionamento das próprias estruturas", sendo assim "possível cumprir a meta de 400 milhões de euros para este ano", disse uma fonte próxima da reforma do Estado. "Todos fizeram um esforço de racionalização e assim é possível não avançar com rescisões este ano". Até porque, diz outra fonte, o "Estado não tem liquidez para as rescisões".

Recorde-se que o ministro das Finanças admitiu no Parlamento, a 20 de Fevereiro, que vai utilizar o plano de contingência, no valor de 800 milhões, para compensar um desvio já previsível na execução orçamental deste ano. Desses, 400 milhões estão ligados aos cortes no âmbito da reforma do Estado.

O Governo está a trabalhar assumindo que o resto da reforma do Estado vai ser feito de forma gradual, ou seja, que terá mais tempo para cortar os quatro mil milhões de euros e não apenas até 2014, avançou a mesma fonte. Uma folga a que não é alheio o facto de os trabalhos estarem agora sob a alçada do ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas. Recorde-se que o CDS pretende diluir os cortes até 2015, uma posição partilhada pelo próprio ministro das Finanças.

A falta de acordo sobre os cortes na despesa marcou a sétima aviação ao programa português. A 'troika' teve de prolongar a sua visita a Portugal para fechar, durante o fim-de-semana, o guião da reforma do Estado com o ministro Paulo Portas, face à sua deslocação

à Venezuela para participar nas cerimónias fúnebres de Hugo Chávez. À hora de fecho desta edição, as reuniões com a 'troika' ainda estavam a decorrer e o cenário macroeconómico ainda não estava fechado. Do lado do Executivo era aguardada a desejada 'luz verde' à extensão do prazo para a reforma do Estado, com vista à recalendação dos cortes.

O Diário Económico sabe que em causa está não só o alargamento dos prazos para a reforma do Estado, mas também a intenção de algumas medidas virem a ser



Mais um ano para cumprir

Durão Barroso confirmou que a Comissão vai propor ao Conselho Europeu que o prazo para a correcção do défice excessivo português seja estendido até 2015. Em entrevista ao "Expresso" Barroso apoia também a extensão dos prazos para o pagamento do empréstimo da 'troika', mas nesse ponto ainda não há uma decisão final.



Continuar a ajustar

O presidente do Banco Central Europeu respondeu sexta-feira à carta enviada, em Fevereiro, por António José Seguro. Mario Draghi reconheceu que o desemprego o preocupa, mas frisou que "o retorno a um crescimento sustentável e robusto não será possível sem ajustamento". Draghi lembrou ainda que restaurar a solidez das finanças públicas é fundamental para regressar aos mercados.

implementadas após as eleições autárquicas. O argumento do Executivo é o de que a concretização imediata de alguns cortes – sejam novos ou que já previstos – poderão "provocar distúrbios enormes no acto eleitoral", numa alusão ao encerramento de determinados serviços.

É o caso, aponta uma fonte próxima do processo, do fecho de tribunais. Em causa está a aplicação do mapa judiciário, cujo alvo foi alvo, na semana passada, de uma acesa discussão na Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais entre a ministra da Justiça e o deputado do PS, Ricardo Rodrigues, que acusou Paula Teixeira da Cruz de ter tido uma "entrada de leão e uma saída de sendeiro". O deputado disse ainda que o Governo tudo faria para "atirar" o desenho do mapa para depois das eleições autárquicas. A ministra da Justiça contra-atacou: "Não atirei a concretização para depois das eleições", recordando que o mapa só poderá avançar depois de o Parlamento aprovar a Lei da Organização Judiciária.

'Troika' exige reformas

Mas as entidades internacionais exigiram já ao Governo que apresente "uma moeda de troca" para que certas medidas sejam concretizadas "mais tarde". Estas alternativas poderão passar por "outras reformas estruturais noutras áreas" como a reforma administrativa do próprio Estado, por exemplo ao nível de direcções gerais. No fundo, medidas que não incidam directamente nas funções sociais do Estado, cujos cortes o Executivo pretende adiar. Sobretudo no que toca a "medidas mais sensíveis" e que abrangem "todas as áreas", desde a saúde, passando pela educação até à segurança social.

Mais: a 'troika' exige a concretização "imediata" de outras reformas já previstas como, por exemplo, o processo de reorganização administrativa, onde são apontados potenciais ganhos na redução de pessoal.

O Diário Económico contactou o Ministério das Finanças, mas não obteve qualquer resposta até à hora de fecho desta edição. ■ L.R.P.